**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PARECER**

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 18/2021

Altera as Leis Municipais nº 2.382/1999 e nº 2.675/2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de fraldas descartáveis para pessoas com deficiência e idosos, nos termos que especifica.

A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, reunida para apreciar o projeto de lei epigrafado, é de parecer que este atende as normas orçamentárias, podendo, portanto, ser discutido e votado pelo plenário.

Para atender ao disposto no artigo 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 10.05.2000, a Comissão apresenta o estudo de impacto orçamentário e financeiro, nos termos em anexo.

Ponte Nova, 10 de dezembro de 2021.

José Gonçalves Osório Filho

Raimunda da Conceição Gomes

José Roberto Lourenço Júnior

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 18/2021

ANEXO ÚNICO

ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O projeto determina o fornecimento gratuito de fraldas para pessoa com deficiência ou idosa, como instrumento de política pública de saúde.

Para fins de cálculo do impacto, foram adotadas as seguintes informações para análise:

I – o valor médio de um pacote de fraldas, ao custo de R\$24,00 (vinte e quatro reais) com 10 (dez) unidades;

II – as diretrizes estabelecidas do programa Farmácia Popular, que estabelece o fornecimento máximo de 120 (cento e vinte) fraldas por pessoa mês (40 fraldas a cada 10 dias);

III – O número de eleitores com 60 (sessenta) anos ou mais cadastros no Município de Ponte Nova no TRE-MG é de 10.906 eleitores, conforme dados extraídos do portal (documento anexo);

IV – Informações gerais indicam que, em média, de 8% a 34% da população idosa sofre do problema de dificuldade de controle urinário e do esfíncter anal, exigindo o uso de fraldas, o que, para fins exclusivos de cálculo, adotou-se a média de 21% da população idosa (média de 8 e 34), o que representa um total de 2.290 pessoas;

V – Dados divulgados pelo Ministério da Saúde (disponível em <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada>) indicam que no ano de 2021 (dezembro/2020 a novembro/2021 - consultada realizada em 10.12.2021) o Governo Federal efetuou pagamentos dentro do programa Farmácia Popular em Ponte Nova no montante de R\$ 376.354,74, o que indica um gasto médio no âmbito do programa de R\$ 34.214,00 (trinta e quatro mil duzentos e quatorze reais) dentro do exercício;

VI – Sendo impossível obter a parcela do recurso que é dispendida com o pagamento de fraldas, do montante dispendido pelo Governo Federal (que envolve o pagamento de medicamentos e outros produtos de saúde, além das fraldas), adotamos para fins de cálculo um percentual de 50% (cinquenta por cento), entendendo que referido percentual supera o montante real gasto com fraldas;

VII – Considerando que 50% do dispêndio do governo federal é com o fornecimento de fraldas (R\$ 17.107,00 mês = 50% de 34.214,00), e que tal valor correspondente a 90% do custo da aquisição dos produtos conforme determina o programa Farmácia Popular, a parcela paga pelos beneficiários equivale a R\$1.900,00 (um mil e novecentos reais) – 10% complementar -;

VIII – O valor por pacote de fraldas, estimado em R\$ 24,00, custa ao Governo Federal R\$ 21,60. Multiplicado o valor unitário do pacote por 12 (10 unidades = 120 fraldas mês), teremos R\$ 259,20 por pessoa atendida;

IX – Se o valor estimado gasto por pessoa atendida é de R\$ 259,20, o montante mensal dividido pelo custo unitário, indica um número estimado de somente 66 (sessenta e seis) pessoas cadastradas no programa;

X – Tendo em vista que o projeto autoriza o Município a firmar convênios/contratos de forma a somente completar a parcela não acobertada pelo programa federal, o impacto do programa para o Município não ultrapassará o total de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) por mês;

XI – Já se o Município for custear a totalidade das fraldas, o que seria o pior cenário e contraria o interesse público ante a existência do projeto mantido pelo Governo Federal, o impacto mensal seria de R\$ 17.107,00 (dezessete mil cento e sete reais).

Desta forma, considerando os princípios que regem a administração pública e os dados apurados e estimados, temos que a implantação da política municipal de distribuição gratuita das fraldas, na forma de convênio/contrato em complementação ao projeto federal, é a melhor proposta, com impacto anual de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), com projeção de aumento de 3,25% e 3,00% para os anos de 2023 e 2024 (meta de inflação do Banco Central), correspondendo, respectivamente, a R\$ 23.541,00 e R\$ 23.611,00.

A compatibilidade com o equilíbrio orçamentário e financeiro é indiscutível, tendo em vista que além de permanente histórico de excesso de arrecadação (só das receitas de impostos, ultrapassou em 2020 a cifra de um milhão de reais), o Município possui histórico de superávit financeiro, que no ano de 2020 representou um montante superior a 22 (vinte e dois) milhões para abertura de créditos adicionais (conforme dados extraídos do portal SICOM/TCE-MG).

Ponte Nova – MG, 10 de dezembro de 2021.

Claudio Miros Herneck Pires
Contador: CRC/MG 71755/O-8
Chefe da Divisão de Contabilidade e Tecnologia

Edinei dos Santos
Assessor Legislativo